

TRAFICANTES

Texto: Tomás Guerreiro e Simão Freitas

Fotografia: Paulo Pimenta

DE SONHOS



Portugal é um país apetecível para o tráfico de seres humanos e serve de placa giratória às redes que exploram o ofuscante sonho do futebol. Há quase 300 vítimas sinalizadas em cinco anos, mas os apanhados nas redes dos traficantes são cada vez mais. E as malhas mais densas. Para quem trabalha no terreno, só “a ponta do icebergue” é conhecida, mas a Humanista mergulhou no submundo do tráfico de seres humanos para descobrir ligações entre casos que provocaram dezenas de vítimas, nos quais os métodos de atuação são idênticos.

Mais e mais casos surgem na comunicação social, quase todos acabam esquecidos. Pouco mudou em décadas. Equipas de fiscalização e de assistência desdobram-se para desmontar os esquemas e salvar as vítimas.

Uma investigação da Revista Humanista ao longo de cerca de quatro meses escutou dezenas de fontes e de instituições em Portugal e no estrangeiro. Recolheu casos distintos do mesmo fenómeno, detetou padrões e ligações entre intervenientes e apontou a falta de responsabilidade coletiva perante aqueles que deviam receber proteção pelo artigo 160.º do Código Penal sobre o tráfico de seres humanos.

De Serpa a Ribeirão, da Nazaré a Riba de Ave, dos clubes mais poderosos aos relvados distritais, o sonho é uma luz vaga no trilho sinuoso dos jogadores de futebol, com milhares e milhares de euros em jogo, sobrepostos às vidas de quem é traficada, seduzido pelo caminho dos crimes de fraude e auxílio à imigração ilegal.

Quase todas as vítimas detetadas pelas autoridades portuguesas são naturais de ex-colónias, como o Brasil, os países africanos de língua portuguesa e circundantes. A língua serve o processo de aproximação e o jogo de manipulação. Os aliciados desejam driblar a pobreza, de olhos postos nos exemplos prósperos que conquistam as ligas europeias de futebol.

Ano após ano, nada lhes trava o sonho, nem ninguém impede o lucrativo comércio dos agentes, que os “compram” baratos, a quase nada, e os vendem caros, quase sem riscos.

“O processo está em segredo de justiça, não podemos revelar informações para não contaminarmos a investigação”, responde fonte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) à Revista Humanista, referindo-se a seis jogadores de futebol abandonados há dois anos após terem chegado ao país com falsos contratos de trabalho para alinharem no Ribeirão FC, do concelho de Famalicão.

Apesar do procedimento hermético do SEF, a investigação da Humanista conseguiu o acesso a mensagens e a contratos que constituem prova documental à investigação do organismo tutelado pelo Ministério de Administração Interna sobre eventuais crimes de burla, auxílio à imigração ilegal e falsificação de documentos, cometidos contra os seis atletas e a incidirem sobre três presumíveis manobreadores do esquema de tráfico.

O MÉTODO

Luís Gonzaga, empresário luso-angolano e ex-futebolista no Paris Saint Germain e no Vitória de Guimarães, assinou vários contratos de trabalho intitulando-se representante do Ribeirão FC, mas a direção do clube denunciou os documentos às autoridades, alegando que o agente não laborava a seu serviço.

A 14 de junho de 2021, Rui Oliveira, ex-presidente do clube, dirigiu um email a um agente do SEF a denunciar o caso de seis jovens, entre os 18 e os 23 anos, que entraram em Portugal com falsos contratos desportivos que asseguravam, enganosamente, uma época ao serviço do Ribeirão FC. “Alguns atletas estiveram em Portugal sem dinheiro para a estadia e alimentação. É um atentado à dignidade humana”, lê-se no email.

Cada um dos atletas pagou cerca de dois mil euros numa mediação que Rúben Gomes, atual presidente do clube, identificou como sendo fraudulenta. “Além de os contratos serem falsos”, o papel timbrado utilizado era diferente do oficial e os documentos deveriam ter sido “assinados e carimbados pelo presidente e dois vice-presidentes, conforme consta nos estatutos”. Só o suposto representante, Luís Gonzaga, assinou os contratos consultados pela Humanista.

Mas o alegado representante dos jogadores não atuou sozinho. O esquema foi concertado na outra margem do Atlântico. Rafael Sousa, um dos seis futebolistas, delegou a carreira à Seven Sporting - Assessoria e Consultoria Desportiva, no Brasil. A empresa e o jogador assinaram um contrato, em abril de 2022, que visava a prestação de serviços de intermediação e a promoção do atleta em órgãos de comunicação social.

“Exclusividade integral para negociar, transigir, acertar, contratar, firmar compromissos e obrigações de todas as avenças possíveis e necessárias ao bom desempenho nos clubes no Brasil e no exterior”, revela o contrato. Eventuais investimentos ficariam a cargo do atleta. A empresa cobrar-lhe-ia 20% do valor salarial bruto e 30% sobre cada transação. A génese dos contratos era transversal aos outros jogadores.

José Leopoldo outorgou os documentos em representação da empresa brasileira, mas Djalma Galhardi era o rosto do negócio. Sugeriu aos atletas a oportunidade de carreira no Ribeirão FC. Os negócios de Galhardi tornaram-se famosos no Alentejo, segundo depoimentos de jogadores brasileiros contratados para o União Serpense, de Beja, que acusam o empresário de recebimentos indevidos. Várias fontes confirmam que os montantes cobrados por este agente no Alentejo rondavam os 2.500 euros. O dinheiro pago pelos 20 atletas desapareceu e o clube encerrou atividade sob a mira do SEF.

Um caso de cada vez. A caminho do Ribeirão FC, os seis jovens desconfiaram da proposta, “seria boa demais”, recordou Rafael Sousa. O primeiro entrave negocial apresentado pelo empresário terá sido o pagamento antecipado de “2.500 euros”, pela obtenção de “um certificado internacional”. “Prometem sonhos, extorquem e exploram seres humanos para obterem lucros fáceis. Quase sempre vira pesadelo”, contextualiza o atual presidente do clube.

Para solidificar a patranha, Djalma Galhardi introduziu Paulo Fernandes aos seis jogadores, como suposto ‘mister’ no Ribeirão, que, segundo depoimentos de dois atletas, os convenceu por videochamada da veracidade da proposta. Rafael alinou e o pai do jogador transferiu o valor do agenciamento a Galhardi.

Quando o avião aterrou em Portugal, o sonho de Rafael Sousa começou a deformar-se. Poucos dias após a sua chegada ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, o futebolista denuncia o esquema ao presidente do Ribeirão FC. “Conforme combinado com o Sr. Djalma, seríamos acompanhados por ele na viagem até Portugal. No Porto, seríamos ‘rececionados’ pelo Sr. Luís Gonzaga ou pelo Sr. Paulo Fernandes, intitulado mister, que fez uma videochamada comigo apresentando-se como diretor e treinador do clube, explicando todo o projeto, como seria a chegada, como nos estabeleceria e daria a assessoria necessária”. Ninguém os esperava no aeroporto.

Além de Djalma Galhardi, a atuação de Paulo Fernandes já deu que falar na imprensa regional. Não é a primeira vez que o nome do treinador se cruza em golpadas sonantes. Jefferson M., outro dos seis defraudados, guarda-redes, a residir atualmente em Braga, corrobora o email de Rafael: “Esse [Fernandes] era quem fazia as ligações, passando-se por membro do clube”.

**CONFIRMAM-SE DOIS CASOS:
O DE 21 JOGADORES NO UNIÃO
DE SERPENSE, NUNCA INSCRITOS
NA FEDERAÇÃO - SEIS DOS QUAIS
HAVIAM JÁ SIDO SINALIZADOS PELO
SEF - E SEIS ATLETAS VÍTIMAS DE
FALSOS CONTRATOS DESPORTIVOS
PARA O RIBEIRÃO FC.**



Paulo Fernandes nunca treinou o Ribeirão FC e tem um currículo extenso em ligas brasileiras, no Laos, em França e no Japão. É o único dos envolvidos que não alterou o contacto telefónico, nem maquillou o rasto digital. Fernandes era treinador no Brasil quando conheceu Djalma Galhardi, associado de Luís Gonzaga em Portugal. E Fernandes conhece Gonzaga por intermédio de Djalma. A Humanista contactou os três, várias vezes, mas só Paulo Fernandes se mostrou disponível para prestar declarações. Duas horas de conversa esclareceram detalhes.

Paulo Fernandes recorda-se dos seis jogadores, mas alega que Luís Gonzaga era responsável pela gestão do Ribeirão FC. Versão nunca mencionada pelos dois presidentes do clube ouvidos durante a investigação. Fernandes nega envolvimento na trama. “Nunca poderia dar assessoria. Sou treinador, não diretor ou agente de futebol”, recapitulando ainda a videochamada a “pedido de Djalma”: “Realmente fizemos uma videochamada, com um ou dois jogadores, para lhes explicar o contexto futebolístico daquilo que se passava em Portugal durante a Covid-19, que seria difícil o campeonato terminar em 2021. Disse-lhes que conhecia o Djalma, que conhecia a estrutura do clube (Ribeirão FC) e o Luís Gonzaga”.

O treinador recorda o primeiro encontro com Gonzaga nas instalações do Ribeirão FC, supostamente, por causa de um empréstimo de 20 mil euros avançado pela empresa de Djalma para recapitalizar o clube. Garante que Gonzaga seria o “gestor” do coletivo: “Eu vi o contrato, reconhecido e tudo, assinaturas e carimbo do clube e dos três mandatários”, diz Paulo Fernandes, acrescentando que “toda a gente se baseia no contrato dele como diretor do clube e de ser encarregue pela sua gestão até junho de 2022”.

Após terem chegado a Portugal, Rafael, Jefferson, Carlos, Zum, Matheus e Bahía, sem receção no aeroporto Francisco Sá Carneiro, foram aconselhados por Djalma Galhardi a alojarem-se nos dormitórios partilhados de uma pousada “low-cost” em Braga e a aguardarem pela visita do contacto português. Os seis pagaram o táxi e a estadia com recursos próprios, com algumas noites a serem saldadas pelos agentes. Quando Gonzaga os visitou na pousada, explicou-lhes que deveriam permanecer 14 dias em quarentena devido à situação sanitária causada pela Covid-19, e que os acomodaria depois nas instalações do clube.

“Um dos jogadores chega a Portugal e contacta-me. Envia-me o contrato. Disse-lhe que devia ir ao sindicato para

descobrir o que se passava. Do meu ponto de vista, ele era jogador do clube (...)”, esclarece Paulo Fernandes, que recusa o anúncio de qualquer vínculo ao Ribeirão FC. “Nunca tive correspondência com nenhum jogador, diretamente, só com o Djalma a intermediar a ligação e ele sempre disse que eu era um treinador português e que podia explicar melhor como funciona o futebol em Portugal”, acrescenta, indicando que os atletas lhe perguntaram pelas condições no clube.

Após duas semanas em quarentena, os seis jogadores foram levados a treinar num relvado municipal. Segundo a denúncia de Rafael, Gonzaga admite-lhes que “tudo não passa de uma fraude”, após o treino informal, e reconhece “que o contrato por ele assinado tinha sido falsificado pelo Djalma, que era um golpe contra todos”.

As condições monetárias dos jogadores deterioravam-se a cada dia e Luís Gonzaga ter-lhes-á prometido que pagaria o alojamento e a alimentação. Os jogadores “tinham dívida na pousada, mas nada para comer”, escrevia Rafael, acrescentando que “se alimentava com a ajuda de outros hóspedes sensibilizados para a situação”. Três dos seis atletas regressaram ao Brasil após duas semanas.

Os jovens perderam o contacto com todos os intervenientes.

Ficaram abandonados e nunca conseguiram reaver o dinheiro. “Não era só o nosso sonho, era o sonho das nossas famílias”, explicou Jefferson à Humanista quando o caso rebentou. Os inspetores do SEF interrogaram um funcionário da pousada e os jogadores que permaneceram em Portugal. A investigação ainda decorre e cada um dos atletas prosseguiu o seu rumo. Rafael encontrou escape para a fraude num clube da terceira liga italiana, Jefferson arranhou emprego em Braga para tentar colmatar o prejuízo.

Outros clubes, como o Famalicão, o Trofense, o Varzim ou o Amares, foram utilizados como plataformas de tráfico e estão a ser investigados pelo SEF. No princípio de 2022, onze inspetores avançaram para a detenção de Luís Gonzaga, e o Tribunal de Instrução Criminal de Guimarães aplicou-lhe medidas de coação, como apresentações periódicas semanais em posto policial, a proibição de saída do território nacional, a entrega de passaporte e a proibição de contactar outros suspeitos, além de uma caução de 5 mil euros, na sequência de acusações de burla qualificada, falsificação de documentos e auxílio à emigração ilegal, inclusive de menores.

O rasto digital do suposto agente desapareceu e as atividades que desenvolvia como captador de talento desportivo terminaram em Braga. Dando cumprimento a dois mandados de busca, uma ao domicílio e outra a uma empresa, “foi apreendida documentação que poderá corroborar a prova já existente no processo”, referiam as autoridades em comunicado. Além da investigação em Portugal, Jefferson refere que existe uma outra no Brasil e que Djalma, eventualmente, “acabará preso”.

A investigação judicial continua em Portugal sem que o Ministério Público tenha recebido proposta de acusação do SEF. “Lamentamos sim, que os fenómenos das redes de tráfico de seres humanos desencadeiem processos lentos e que os prevaricadores ajam como se nada tivesse acontecido, que a justiça seja branda para quem comete este tipo de atrocidades humanas”, acrescenta o atual presidente do Ribeirão FC.

A Humanista seguiu o rasto de dois envolvidos na burla a estes seis jogadores, encontrando-os com outras ‘jogadas’ debaixo de olho. O facto de ainda não ter entrado pedido de acusação no Ministério Público dever-se-á ao processo de desmanche do SEF mas, também, à complexidade da tática.

É DESVENDADA A ATUAÇÃO EM VÁRIOS CLUBES PERIFÉRICOS COMO BARRIGAS DE ALUGUER PARA FLUXOS MIGRATÓRIOS DÚBIOS. DESTAQUE-SE O UNIÃO DE SERPENSE, O GRUPO DESPORTIVO RIBEIRÃO, O NAZARENOS OU O PALMEIRAS FUTEBOL CLUBE, ESTE ÚLTIMO DO DISTRITO DE BRAGA.

'BIS' NO UN IÃO DE SERPENSE

Djalma Galhardi “bisou” em Portugal com ligação ao União Serpense, no Alentejo. No caso ressurgiu uma cara familiar, Paulo Fernandes, num processo de contornos caricatos, que deixou cerca de duas dezenas de jovens jogadores a habitarem numa casa, sem salário e sem cerca de 2.500 euros.

A Humanista, que tentou sem sucesso contactar Djalma Galhardi ou o presidente do clube, Alfredo Mestre, confirmou através de várias fontes um procedimento que caiu na mira do SEF, envolvendo outros seis jogadores e alastrando-se a todo o plantel.

Um antigo jogador narra um contacto de Galhardi, que lhe prometeu “salário, casa e prémio de jogo”, para sair do Brasil, além de “subsídio de Natal e férias”. “Quando vim foi totalmente diferente. Deram-me um alojamento todo bagunçado, sem fatos de treino, plantel completo, com muitas mentiras”, explica, numa história já mais que familiar.

O contrato “não era válido” e o pagamento adiantado de cerca de 2.500 euros, com o voo do Brasil incluído, nunca chegou a reaver. O valor foi solicitado a pretexto da inscrição e da regularização em Portugal: “Dei (o dinheiro) ao Djalma. No dia do arranque do campeonato, ninguém estava inscrito. Esse diretor foi embora, o presidente não inscreveu ninguém nem devolveu o dinheiro. Perdemos o montante e tivemos de resolver a vida”.

Na casa em que estava, com cinco quartos, vivia todo o plantel de 21 jogadores, com quatro beliches em cada quarto. Paulo Fernandes garante que colocou Djalma Galhardi e Alfredo Mestre em contacto, apesar de não ter ‘apoiado’ a ida do suposto empresário para o clube. Isto depois de lhe ter arranjado trabalho numa fábrica de aviação na região. Depois, Paulo Fernandes é convidado a treinar a equipa do União Serpense e depara-se, conta, com várias situações incomuns, como não ter nenhum lateral esquerdo, mas ter quatro laterais direitos e um plantel que deixou de ter jogos particulares marcados com o Borussia Dortmund e estágios no Dubai para ser construído ‘às pingas’.

Segundo Paulo Fernandes, Djalma Galhardi ia à casa onde estavam os jogadores “para pedir dinheiro”, depois de já lhes ter levado, segundo a acusação e segundo confirmado pela Humanista, cerca de 2.500 euros para burocracias e regularização, num processo fraudulento.

Conheceu Galhardi “esporadicamente em 2016”, diz, mas o contacto entre os dois manteve-se até as relações ficarem cortadas, depois de os jogadores serem abandonados sem contratos, nem autorização de residência. Djalma fugiu, o presidente deu-lhe cobertura, acusa o técnico, que recorda que Mestre dizia ter sido roubado pelo agente. Fernandes considera-se demasiado “inocente” e afirma que ficou sempre ao lado do plantel, apontando o dedo à inação da PFP e das outras instituições.



“Toda a gente soube que o Djalma já estava no Brasil. Os jogadores têm os contactos dele, aquilo gerou até ameaças de morte. Houve dias de grande tensão. Jogadores a chorarem, desesperados”, descreve Fernandes.

Quanto ao presidente, Alfredo Mestre, o ex-jogador que prestou o testemunho à Humanista confirma que o dono de uma pizzeria em Serpa “começou a levar comida à casa” só depois da queixa no SEF. Djalma “sumiu do mapa”, embora tenha ouvido rumores de que trabalha de novo. Mestre não respondeu aos pedidos de esclarecimento durante a investigação jornalística.

A Humanista detetou Djalma na Bolívia através de uma publicação nas redes sociais que o aponta como diretor técnico de um clube da terceira linha do futebol daquele país, o Stormers San Lorenzo. A publicação foi, entretanto, apagada, não sendo possível confirmar se o mesmo ainda lá trabalha ou se chegou a exercer funções.

Para além de outros contactados que preferiram não prestar declarações por medo de represálias, ou por quererem fechar este capítulo da vida, o jogador que falou à Humanista não

tem dúvidas de que este foi “apenas um esquema para ganhar dinheiro”, e se Djalma era “o centro das atenções”, as culpas sobram também para o presidente.

É que os problemas não começaram quando Galhardi chegou ao clube, alguns precedem essa incursão no União Serpense. Luiz Fernando reclama mais de seis mil euros de salários em atraso relativos a 2021/22, entrando com uma ação no Tribunal do Trabalho de Beja no final de maio.

Já tinha jogado em Portugal, no União de Lamas, clube que cumpriu o prometido, e o retorno ao país era através de um contrato de 635 euros, recebendo um documento “feito pelo presidente do Serpense e suas testemunhas”.

Depois de passar por boas equipas no Brasil, entre elas o Juventude, vem para Portugal e não lhe cumprem o prometido em Serpa, “com promessas e mais promessas”. “Continuaram a pagar-me 200 euros até novembro”, depois do primeiro mês foram três meses a receber este valor. “Como é que comprava passagem para o Brasil com aqueles 600 euros?”, questiona.

Não foi o único. O plantel, nesta altura com 23 brasileiros, cinco portugueses e quatro japoneses, entre outras nacionalidades,

A REDE OPERAVA EM DIVERSAS MARGENS DO ATLÂNTICO E REQUERIA MILHARES DE EUROS AOS JOGADORES NOS PAÍSES DE ORIGEM PARA OPERACIONALIZAREM A TRANSAÇÃO. TINHA INTERVENIENTES NO BRASIL E EM PORTUGAL, IDAS À ÁFRICA OU À COLÔMBIA E MONTAVA ESQUEMAS DE ENGANO E DE MANIPULAÇÃO.

esperava a injeção de dinheiro de um suposto investidor, continuando a jogar, sem ameaças de greve.

Alguns voltaram ao Brasil, outros continuaram por Portugal, e Luiz Fernando encontrou melhor sorte no Castrense, clube pelo qual ganhou a Taça distrital e ficou em segundo no campeonato, tendo de trabalhar fora do futebol pela primeira vez na vida, aos 20 anos.

Numa casa grande eram quatro por quarto e a alimentação “não era assim tão boa”, apenas almoço e jantar. “A partir de janeiro, quando parámos de receber, já ficou meio apertado”, lembra. No ano seguinte, vê o clube repetir o procedimento, com “montes de gente” a entrar, mesmo sem acertar valores, e o mesmo resultado: “os brasileiros ficaram para cá e para lá”.

Aguarda-se pela ação fiscalizadora, pelos tribunais, em Serpa, uma “vila pequena”, refere Paulo Fernandes, onde tudo se sabe sem que ninguém saiba ou faça nada, diz.

O caso do clube “Os Nazarenos”, que envolve 17 crimes de tráfico de seres humanos, dois agravados, e 17 de auxílio à imigração ilegal, remonta à atuação de outro agente que se terá envolvido - e aproveitado - de um clube distrital, de um lado, e do ‘sonho’ de atletas brasileiros, do outro, já na ‘longínqua’ temporada 2018/19.

Terá sido a maior operação antes da de Riba de Ave, pelo menos entre casos conhecidos e com número de atletas ‘apanhado’. O ‘modus operandi’ confirma a regra já traçada - um intermediário, falsas promessas, degeneração das condições de vida.

Acima do azul límpido do mar, complementado pelo amarelo granuloso da areia e o verde da zona envolvente, com espaço para as escarpas e as casas que lhe pintam a costa, o céu sobre a Nazaré escurece aos poucos, a espaços, com a ameaça de nuvens cinzentas.

A história do brasileiro Hércules, como a de tantos outros, funciona em espelho à cor do céu - primeiro, a promessa de dias limpos noutras paragens, depois a desilusão, o engano e o abandono.

O jogador conhecia Mauriti Cardoso do Brasil e, alguns anos antes de vir para Portugal, já tinha sido convidado por este para ir jogar em França, “na primeira divisão”. “No dia da viagem, sumiu e perdi o contacto com ele”, conta, mas voltou a falar com ele em 2018, pelo Facebook, pedindo e recebendo contrato profissional e carta-convite para chegar à Nazaré.

“Tudo certinho”, falou com a esposa “para vir primeiro” e pagou do próprio bolso a passagem para o país. Mauriti Cardoso apresentou-se como diretor do clube e, inicialmente, cumpriu, pagando as obrigações numa casa onde viviam os jogadores, até que “começaram a faltar coisas”.

“Já não pagava a renda. Depois, fomos despejados. Na altura, o presidente d ‘Os Nazarenos’ [João Zarro] ajudou-nos imenso, e não tinha obrigação, porque quem nos trouxe foi o empresário”, que trabalha então com um outro, de nome Anderson. Sem a ajuda dos jogadores portugueses, lembra, “nenhum dos brasileiros tinha tido Natal”.

Dali, passaram a morar no estádio, para onde arranjaram beliches para quase duas dezenas de jogadores. “Foi o que se arranjou”. Os agentes tinham garantido tratar de toda a documentação, mas nada foi feito. Mauriti Cardoso desapareceu e, entretanto, entrou em cena o SEF.

No tribunal em Leiria, são arguidos o clube, o presidente, João Zarro, e os dois empresários em questão - só um compareceu em tribunal, a 2 de fevereiro, e remeteu-se ao silêncio -, com Zarro a admitir ter sido “tótó” ao delegar tanta responsabilidade, mas negando ter assinado os contratos dos jogadores. A leitura da sentença do processo, em Leiria, estava agendada para 29 de junho, à data de fecho da edição da Humanista.

Estamos longe da promessa, em 2018, de relançar o clube, com uma parceria da empresa PBF, de Mauriti Cardoso, a atrair a antiga ‘estrela’ do FC Porto, Edmilson, para o clube, afinal utilizado para “obter proventos económicos através do aliciamento de jogadores”, revela o despacho de acusação do Ministério Público.

“Deixei o meu filho de um ano, procurava separar as coisas dentro de campo. Foi difícil. [Depois de serem abandonados pelos agentes] A sorte foi termo-nos uns aos outros e termos Deus do nosso lado. Passeávamos aqui na praia, conversávamos... o empresário levou o nosso dinheiro, e os que tinham possibilidades voltaram para o Brasil. Eu não tinha como. Foram muitas noites sem dormir”, conta Hércules.

Hoje, encontra a felicidade no Ginásio de Alcobça, depois de passar pelo Veiense, e trabalha como ajudante de serralheiro numa fábrica de alumínio, porque “é preciso desenrascar” e compor os rendimentos, até porque já conseguiu trazer mulher e filho para junto dele na Nazaré.



“
CONTINUO A JOGAR PORQUE
O FUTEBOL É O QUE ME MOVE.
É MAIS DO QUE DESPORTO PARA
MIM. [DEPOIS DE ACABAR], TALVEZ
CONTINUE COMO TREINADOR
”

Hércules

É

Ainda assim, voltou ao Nazarenos, depois do Veiense, onde afirma ter sido bem tratado, e antes de ir jogar para Alcobça, pela proximidade a casa e a cidade, além de “confiar no presidente”, já livre dos empresários que terão orquestrado todo o sistema. No Ginásio, de quem diz maravilhas, partilha balneário com outros ex-colegas na Nazaré.

“Continuo a jogar porque o futebol é o que me move. É mais do que desporto para mim. [Depois de acabar], talvez continue como treinador”, conta.

Tem a palavra “resiliência” tatuada na vertical no pescoço, porque lhe guiou todas as noites sem dormir e os dias a tentar fazer o melhor de uma situação cinzenta. “Sei que não há como prever, ainda mais porque um sonho é para agarrar com tudo, mas fiquem alerta. Analisem bem a situação, sem confiar a 100% seja em quem for”, avisa.

O presidente do Nazarenos, João Zarro defendeu, em tribunal, que não assinou contrato algum, e que os documentos apresentados na primeira sessão do julgamento são falsos,

mesmo reconhecendo as assinaturas, que diz terem sido falsificadas, elencando que outros clubes “foram também vítimas destas pessoas”.

O método é já familiar. Os empresários contactaram o presidente para “uma parceria”, ou um clube novo, e aproveitaram a estrutura existente e prometendo assumir todas as despesas e encargos, o que não se verificou, com a garantia de ser este um ‘modus operandi’ de sucesso entre Brasil e Portugal.

O despacho de acusação do Ministério Público nota como alguns jogadores não receberam nada por jogar no clube, como ficaram em más condições de alojamento e que alguns futebolistas passaram fome em algumas alturas.

Com isto os agentes terão ganho vários milhares de euros, o real intuito de toda a “parceria”, aproveitando-se do trabalho destes e da sua dependência até que a operação do SEF, com buscas e detenções dos empresários, pôs termo à situação.

O PESO DO TRAUMA

Assunção Neto é especialista em trauma e trabalha frequentemente com desportistas de alto rendimento e descreve a forma como qualquer situação de tráfico de seres humanos, independentemente do contexto em que a pessoa vive, constitui “situação traumática”. “É impossível que não deixe as suas mazelas muito intensas”. Podem ser pessoas que “já vivem em maiores dificuldades”, seguindo-se a impotência decorrente do que lhes acontece e impede de “controlar a sua vida e tomar decisões, poder decidir regressar ou proteger-se”.

Durante a pandemia da Covid-19 acompanhou um destes casos, em que um jogador, em busca de melhores condições de vida e uma carreira mais brilhante, rumou a outro país na Europa, encontrando um quadro de abandono, ameaças e abuso. “Deixou neste jovem uma sensação profunda de incapacidade, de não ter esperança de dar a volta, de conseguir progredir, funcionar por ele próprio. Provocou-lhe depressão grave, com ideação suicida”, conta.

A sensibilização, a criação de um cenário em que os jogadores podem pedir ajuda e sabem a quem recorrer, “é muito importante”, reforça Assunção Neto, desde logo porque “ainda é uma vergonha pedir apoio no desporto”, e porque “ir ao psicólogo é fraqueza”.

Peneiras ou a lei do mais fraco

O investigador académico Carlos Nolasco defendeu, em 2013, uma tese de doutoramento sobre migrações de futebolistas, e desde então tem trabalhado o tema, mesmo que não se debruce diretamente sobre questões ou casos de tráfico. Descreve o “processo clássico de seleção dos jogadores”: as peneiras ocorriam “com frequência nos países de origem” e nos últimos anos passaram a ser realizadas sobretudo em Portugal.

O contacto com jogadores fê-lo perceber que, em muitos casos, os atletas já não estavam federados, com a família a custear a migração na maior parte dos casos, por intermédio de um agente. Chegavam “com visto de estudantes”, porque não havia carta de chamada, e só conseguindo contrato podiam alcançar outro estatuto, sejam oriundos do Brasil ou, com contornos semelhantes, de países africanos.

A identificação de atletas é cirúrgica. Muitas vezes, já saíram do futebol federado (o que leva à questão do tipo de visto e torna mais difícil a deteção), por lesões graves ou problemas comportamentais, e por isso já longe dos holofotes que os grandes clubes, e os grandes talentos, têm sempre sobre si.

Para muitos atletas, migrar para a Europa, com Portugal como plataforma de entrada, é uma forma de responder a dificuldades e a problemas estruturais no país de origem, da Guiné-Bissau ao Brasil, com a língua e a presença de contactos familiares a surgirem como fator simplificador, em que o desporto até pode ser apenas o meio para escapar às más condições.

A “vergonha no falhanço” é um fator determinante no abandono, comum a atletas de várias modalidades já há muitos anos, como identificou um influente relatório do português José Luís Arnaut, para a União Europeia.

“São situações preocupantes, porque no fundo estes jogadores acabam por driblar as fronteiras a dois níveis. Entram com visto desadequado para o destino, contornando questões legais de entrada. Depois, também os regulamentos das instâncias futebolísticas”, lamenta Carlos Nolasco.

Mesmo sem que aconteçam situações de tráfico, o auxílio à imigração ilegal, a contratação de menores de fora do país, ilegal, através de se arranjar emprego para os pais, é outra faceta de um “universo desportivo com muitos meandros”.

“Muitos casos estão regulamentados, mas continuam a existir muitas centenas de jogadores que todos os anos são descontextualizados, trazidos e explorados. Mesmo com contrato, há quem fique com parte dos rendimentos... devia haver aqui um questionamento desse espaço underground que é o futebol”, sugere o investigador.

Se a plataforma de integridade da FPF, o trabalho do sindicato e do SEF merecem o seu realce, as entidades públicas “conhecem esta realidade há muito”, e o caso “devia cair no âmbito da lei geral do país”. O futebol enquanto atividade económica “necessita de ser repensado”.



DAS CINZAS DO TRÁFICO: O DIFÍCIL RENASCIMENTO DE UM CLUB E

O Ribeirão Futebol Clube, visado nos falsos contratos de trabalho que ludibriaram os seis jogadores brasileiros, e dos quais a direção do clube se desmarca, foi fundado após a extinção do Grupo Desportivo de Ribeirão em 2016, quando oito membros dos quadros técnicos e administrativos desse clube foram sentenciados pela Comarca Judicial de Braga a penas de prisão por tráfico de seres humanos, auxílio à imigração ilegal e exploração laboral.

À época, a direção apostou na prospeção de mercado em relvados latino americanos e africanos, contratando dezenas de jogadores sem nunca ou tarde lhes proporcionar a regularização do título de residência em Portugal ou o adequado enquadramento fiscal e contributivo. O objetivo seria o de comercializar os atletas posteriormente, sendo que vários disputaram competições desportivas sem autorização de residência ou visto de atividade profissional.

Segundo a sentença do processo consultada pela Humanista, os atletas seriam importados “para posterior contratação e inscrição em provas de futebol organizado em território nacional, ao serviço do clube, sem autorização de residência ou visto que os habilitasse ao exercício de uma atividade profissional, e sem inscrição ou com tardio enquadramento fiscal e contributivo”, para que a direção obtivesse “avultados proventos nas transferências dos atletas para outros clubes, e evitar a realização de despesas inerentes à regularização da entrada e permanência em território nacional”.

Dezenas de jovens provenientes do Mali, do Burkina Faso, do Brasil, da Bolívia, da Guiné-Bissau, dos quais alguns eram menores de idade, foram contratados pelo presidente ou pela direção, com salários que oscilavam entre os 1.300 e os 200 euros mensais. A maioria obtinha vistos de entrada em Portugal para estadias de cerca de um mês através das embaixadas, apesar de os atletas permanecerem meses ou anos em Portugal. Muitos entraram em Portugal com contratos de trabalho fictícios e cartas convite desadequadas. Quem os acolhia comprometia-se perante o Estado, como representa fiscal ou tutor, sem a intenção de cumprir o espírito da cláusula.

Segundo a sentença, as quantias avultadas foram pagas à direção do Grupo Desportivo de Ribeirão, por clubes de renome, alguns a competirem na primeira liga, como o Rio Ave Futebol Clube, o Vitória Sport Club, o Leixões Sport Club, ou o Sporting Clube de Braga. Os montantes foram acordados pelo empréstimo ou pela compra dos atletas, vítimas no processo. Os negócios ascendiam às dezenas de milhares, com verbas que oscilavam entre os 5 mil e os 70 mil euros.

Alguns entraram em Portugal, com contratos forjados a preverem o exercício de outras profissões, apesar de jogarem pelo clube. Nomeadamente, o guineense Ansumane Júnior, que

participou em trinta e um jogos de futebol com um contrato de aprendiz de carpinteiro. Para “regularizar a permanência do atleta em território nacional”, os condenados, “sócios-gerentes de uma empresa de importação e exportação de artigos de decoração, mobiliário e equipamento para lojas comerciais”, falsificaram um contrato de trabalho que comprometia o atleta “a prestar as funções inerentes à profissão e categoria profissional de aprendiz de carpinteiro”.

O tribunal deliberou que os membros da direção, o presidente e os secretários do clube agiram “livre e voluntariamente, por mútuo acordo e em conjugação de esforços, com o propósito concretizado de recrutarem no estrangeiro ou no território português e inserirem periodicamente no mercado de trabalho, várias dezenas de cidadãos estrangeiros, sem autorização de residência ou visto de trabalho, para obterem avultados proventos nas transferências dos atletas para clubes de escalão superior, pondo em causa a política de controlo dos fluxos migratórios e a protecção dos direitos laborais dos cidadãos estrangeiros”, além “de obterem elevados proventos económicos com a transferência dos atletas para clubes de escalão superior, violando os direitos fundamentais individuais do imigrante e pondo em causa a sua dignidade, bem como a política migratória”.

A sentença acrescenta que os envolvidos “foram renovando os seus propósitos por razões de ordem pecuniária (...) no quadro do circunstancialismo favorável que rodeou a primeira atuação de cada um deles, valeram-se do exercício das respectivas funções, bem como da impunidade de que foram gozando”. As penas oscilaram entre os dois e os quatro anos de prisão, mas os jogadores nunca receberam qualquer reparação.

Rubén Gomes, presidente do Ribeirão Futebol Clube, clube que sucede ao extinto, destaca que “as duas instituições são distintas”: “Este clube foi fundado por jovens da Vila de Ribeirão, que não quiseram o fim do futebol na Vila e criaram o Ribeirão FC, após a extinção do Grupo Desportivo”.

DEZENAS DE JOVENS
PROVENIENTES DO MALI,
DO BURKINA FASO, DO BRASIL,
DA BOLÍVIA, DA GUINÉ-BISSAU,
DOS QUAIS ALGUNS ERAM MENORES
DE IDADE, FORAM CONTRATADOS
PELO [ANTERIOR] PRESIDENTE OU
PELA DIREÇÃO, COM SALÁRIOS QUE
OSCILAVAM ENTRE OS 1.300 E
OS 200 EUROS MENSAIS.



QUASE 300 VÍTIMAS DOS TRAFICANTES DE SONHOS

A direção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) é assertiva ao afirmar que “a prevenção, deteção e combate a fenómenos associados ao auxílio à imigração ilegal, sobretudo na prática do futebol” representa a principal atividade no âmbito desportivo. Nos últimos cinco anos, o SEF concluiu 63 inquéritos sobre tráfico humano no futebol e remeteu 30 ao Ministério Público com propostas de acusação. Ao todo, investigou 61 clubes e constituiu 103 arguidos em distintos processos, “76 dirigentes, 14 agentes, 12 atletas e um treinador”. Foram sinalizados cerca de 30 atletas como presumíveis vítimas de tráfico de seres humanos e exploração laboral, dos quais 17 são de nacionalidade brasileira. A estes somam-se cerca de 260 vítimas da prática do crime de auxílio à imigração ilegal. O SEF tem em curso 27 investigações, envolvendo associações desportivas ou clubes de futebol, relativas à exploração de jogadores que se deslocam para Portugal com a promessa de que serão observados por “olheiros/empresários” para concretizarem o sonho de jogarem na Europa. Na maioria dos casos identificados, estes cidadãos estrangeiros entraram em Portugal ao abrigo da isenção de visto para estadias de curta duração (turismo). Foi desencadeado um trabalho de sensibilização dos clubes e das associações desportivas, bem como da Federação Portuguesa de Futebol, através de sessões de esclarecimento para os procedimentos estabelecidos pela Lei de Estrangeiros atualmente em vigor. O objetivo principal destas sessões é o de fazer chegar aos clubes, os procedimentos e a documentação necessária para a obtenção de autorização de residência em Portugal. Também foram detetadas situações semelhantes em clubes de basquetebol e de voleibol.



PORTUGAL, “ALVO FÁCIL PARA REDES CRIMINOSAS”

Ninguém está mais atento ao fenómeno do que Joaquim Evangelista, do Sindicato de Jogadores de Futebol, certo de que “existem muitos casos que não ganham dimensão pública”, e outros que mais tarde “caem no esquecimento”. “Este sentimento de impunidade torna Portugal um alvo fácil para as redes criminosas”.

Não tem dúvidas, Portugal é “uma rota e plataforma utilizada para a colocação de jogadores no mercado europeu”, para o bem e para o mal, e muitos clubes prestam-se a servir como “barrigas de aluguer”, para recrutadores mal-intencionados que configuram os casos de tráfico de seres humanos ou auxílio à imigração ilegal, burla ou fraude; algo que “tem vindo a crescer”.

Manuel Albano, vice-presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e Relator Nacional para o Tráfico de Seres Humanos, diz à Humanista que a questão do consentimento, muitas vezes alegada, é “irrelevante, do ponto de vista formal, se outras condições assim estiverem reunidas”.

Por outras palavras, o artigo 160.º do Código Penal, com força acrescida pelas convenções internacionais assinadas por Portugal, como o Protocolo de Palermo e o Protocolo Adicional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre das Nações Unidas, protege as vítimas na especificidade dos crimes.

Seja a violência, a ameaça, uma manobra fraudulenta, o abuso de autoridade, o aproveitamento da “especial vulnerabilidade da vítima” ou com “obtenção do consentimento de pessoa que tem o controlo sobre a vítima”, pode ser exercido o crime de tráfico, tipificado no primeiro ponto desse artigo.

Portugal aguarda um novo Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, uma vez que segue em vigor o que expirou em 2021, e esse, que “vai entrar em consulta pública”, terá “medidas com aplicabilidade à área desportiva”.

Lembra ainda a preocupação “das federações com a temática, a partir do ponto em que começou a ter alguma visibilidade pública”. Ainda assim, reforça, “é um crime de difícil prova”.

FUTEBOL NO FEMININO, CRESCIMENTO DE MÃOS DADAS

O crescimento do futebol no feminino tem andado de mãos dadas com o aumento de casos, perante um ecossistema ávido de alargar a base de jogadoras para acompanhar a procura.

Marta Pereira, da APF, confirma que já surgiram casos no feminino em Portugal que foram sinalizados. “Temos aqui a situação de não só alguma exploração ligada ao futebol, mas,

também, de aproveitamento noutros contextos, nomeadamente de abuso sexual, servidão doméstica, e outro tipo de crimes associados no que diz respeito à violência sexual: integridade física, ameaça e coação, abuso de poder”, lembra, sobre abusos que “também acontecem com os rapazes”.

O presidente do Sindicato dos Jogadores não esconde a preocupação e confirma a tendência de deteção entre a prática no feminino. “Sendo um setor emergente, em que a necessidade de recrutamento e aumento do número de praticantes é grande, ainda que a capacidade de recrutamento da maior parte dos clubes seja diminuta, torna-se apetecível para a proliferação destes fenómenos. Estamos particularmente atentos”, afirma.

MULTIDISCIPLINARIDADE NA RESPOSTA

Para salvaguardar o bem-estar e proteção da vítima, o SEF trabalha em estreita colaboração com Equipas Multidisciplinares Especializadas no Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve, sob a coordenação da organização não-governamental Associação para o Planeamento da Família (APF). As vítimas de tráfico de seres humanos são encaminhadas para instituições especializadas, onde são asseguradas respostas atempadas às necessidades de apoio médico, estabilidade emocional e psicológica.

A APF começou a trabalhar o tema desde 2004, a par da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), e em 2008 instituiu a primeira equipa multidisciplinar no país. Hoje, gere cinco equipas regionais, em todo o Portugal Continental, que atuam “na linha da frente” com vítimas, destaca Marta Pereira, da APF, e gere dois dos cinco Centros de Acolhimento e Proteção para esta tipologia de presumíveis abusados.

Além de trabalhar “alguns casos sinalizados de presumíveis vítimas”, confirma que há várias investigações em curso e há, inclusivamente, jovens desportistas acolhidos nos centros.

O trabalho de formação e sensibilização, diz, anda de mãos dadas com o auxílio, abordando a especificidade de cada caso, desde menores de idade que chegam com declarações dos pais até outros, mais crescidos, que acabam “no trabalho forçado, exploração laboral, servidão doméstica”.

Já o presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol (SJPF), Joaquim Evangelista, à frente de uma instituição que também é ‘aliada’ no combate a este fenómeno criminal, corrobora o “enorme trabalho” que estas equipas levam a cabo.

“As redes regionais de combate ao tráfico de seres humanos e as equipas multidisciplinares que as integram fazem um enorme trabalho, mas esse trabalho não chega a dezenas de pessoas que, (...) por não verem a sua situação enquadrada como tráfico de seres humanos, antes outros tipos de crime, acabam por ficar para trás”, alerta.



A trabalhar na sensibilização junto de “públicos específicos”, que incluem juizes, magistrados e advogados, e a alertar para “o aproveitamento da vulnerabilidade”, tem estado a Saúde em Português, com um trabalho que alberga possíveis vítimas e presença nas equipas que gerem casas abrigo.

Para Ana Figueiredo, que lidera o projeto, esta dificuldade de o crime de tráfico de seres humanos se provar, como aconteceu com o Palmeiras FC, um clube do distrito de Braga, homónimo do brasileiro, onde o tribunal local deu como provado que oito jovens brasileiros viviam sem condições nas instalações do clube, segundo o acórdão. O alegado diretor desportivo foi ilibado por falta de provas.

RETE N ÇÃ O
NA FONT E

Assistente social há quase década e meia, Ricardo Barros trabalha nas camadas jovens do Palmeiras, um dos ‘gigantes’ do futebol sul-americano e mais conhecido em Portugal pelos feitos com o treinador português Abel Ferreira ao leme. Acompanhou atletas sobretudo “das camadas populares”, o grosso dos praticantes de futebol na base etária da modalidade, e de 2000 para cá, cresceram todos já na era “do futebol globalizado”.

“Quando começam a chegar ali à faixa etária limite, entre os 19 e os 20 anos, aqui no Brasil, deparam-se com uma realidade totalmente diferente. Clubes que pagam entre um e

dois salários mínimos, quando pagam; um percentual muito pequeno de atletas que chegam ao alto nível. Quando se deparam com a possibilidade de ir para o Velho Continente, mesmo que seja uma mentira que está por detrás, os olhos brilham de tal forma que caem na teia do tráfico de pessoas”, descreve.

O ‘modus operandi’ do engodo é o exposto nesta investigação, e Barros defende que o trabalho “entre o país de destino e o de origem precisa de ser de proximidade”, apelando à Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e à Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

“No tráfico de pessoas, falamos de um crime subnotificado. (...) A dificuldade maior é a pessoa reconhecer-se enquanto vítima, e cai nessa teia. Culpabiliza-se. Isto acontece há décadas, no Brasil e noutros países. As entidades internacionais, como a FIFA, não têm tido uma preocupação razoável em relação à temática”, acusa.

A olhar para este mercado, o Sindicato dos Jogadores tem estado “a trabalhar em conteúdos para disseminação nos países de origem”, a começar por um “manual prático para jogadores brasileiros”, conta o presidente.

Um crime que “deve ser severamente punido”, por penalizar pessoas que procuram “um mundo melhor”, merecia uma resposta ‘musculada’ que passa pela “corresponsabilização”, na opinião de Artur Fernandes, da Associação Nacional de Agentes de Futebol.

“A única forma que tínhamos de impedir as transferências de jovens com talento não fossem misturadas com imigração ilegal era que viessem com corresponsabilização dos próprios clubes e não de agentes ou outras entidades que se fazem

passar por intermediários. Não implementando estas medidas, é completamente impossível controlar o flagelo”, sentencia.

Para Artur Fernandes, há “um foco excessivo” nos agentes, que não “têm nem podem ter a legitimidade de autorizar uma transferência internacional”, pedindo mais responsabilidades a federações e Governos, além da corresponsabilidade dos clubes.

O PESADELO
MULTIPLICA-SE E
E REPETE-SE

Na reta final da investigação da Humanista, um novo caso emergiu. Não há memória de uma história assim, diz quem anda no terreno. Cento e catorze jovens - cento e catorze vidas - foram encontrados na Academia Bsports, em Riba de Ave, numa megaoperação do SEF que detetou dezenas de menores entre as presumíveis vítimas em condições de coação e privação de liberdade.

Dois cidadãos portugueses e cinco sociedades foram constituídos arguidos após buscas nas instalações da Bsports Academy, em Riba de Ave, Famalicão, e o presidente da mesa da Assembleia-Geral da Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP), Mário Costa, renunciou ao cargo após ser alvo de buscas e ser noticiado que estava ligado ao negócio.

A ação musculada de 12 de junho contou com uma equipa da APF e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, para resposta de acolhimento e avaliação de risco, num “caso bastante grave” que vai da vulnerabilidade de crianças desacompanhadas à violência, coação e privação de jovens adultos, reconhece Marta Pereira, da APF. “[Um caso] com esta dimensão, não. (...) Tínhamos conhecimento de um ou outro caso mais pontual, mas sabíamos que por detrás disto podia haver um número maior, nunca suspeitando ou imaginando um acontecimento desta dimensão”, reconhece.

O Governo condenou a situação, como a generalidade da sociedade civil, e os pedidos habituais surgiram, por mais medidas, e o executivo anunciou que apresentará novas medidas.

Ainda assim, a resposta mais reveladora veio do ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, forçado a responder a uma crítica do presidente do Sindicato dos Jogadores, ao garantir que a investigação tinha começado em 2020, “antes das denúncias” do sindicalista.

As denúncias em questão, que Evangelista retrata à Humanista, prendem-se com a “falta de celeridade da investigação criminal”, por um lado, e as queixas-crime que se amontoam e “aguardam há anos por qualquer desenvolvimento, nem que seja a própria inquirição da vítima”.

Mais do que o quadro legislativo vigente, que considera que “dá resposta”, o problema está então “na capacidade de fiscalizar, identificar e sancionar com celeridade”, e adotar-se

“uma política de tolerância zero” e não aceitar uma desculpa clara, de que “a culpa não é do clube, mas do agente”, pedindo antes “responsabilização coletiva”.

O próprio sindicato tem dado apoio jurídico gratuito e suportou alimentação, estadia e voos de repatriamento “de dezenas de jovens jogadores”. Num dos casos recentes com três americanos abandonados no aeroporto, em Lisboa, Evangelista recorda ter chamado o secretário de Estado da Juventude e Desporto do anterior Governo, João Paulo Rebelo, mas também FPF, SEF, Ministério dos Negócios Estrangeiros, outras duas secretarias de Estado e o Alto Comissariado para as Migrações. “Nada de substancial aconteceu para travar este fenómeno” decorrente dessa reunião, critica.

“NÃO DEIXES QUE O TEU SONHO
SE TRANSFORME EM PESADELO”

Um dos ex-jogadores do União Serpense reitera à Humanista a vontade de que o processo fosse adiante, nem que fosse para “expor” o caráter de quem os ‘enrolou’. Os casos proliferam, primeiro parecendo ser pontuais, depois vindo à tona como redes interligadas de nomes e processos comuns.

O crime, é sabido, está “sempre um passo à frente”, reconhece Manuel Albano, Relator Nacional para o Tráfico de Seres Humanos. Sobretudo quando a demora nas inquirições, na acusação e, depois, no julgamento encontra vítimas já com vidas totalmente transformadas. Na Nazaré, esperou-se cinco anos por uma sentença. Quem trabalha no terreno luta contra uma rede mais larga que qualquer malha protetora.

“Uma coisa é certa, sem uma resposta articulada continuaremos a ter casos”, atira Joaquim Evangelista, em jeito de aviso, a ecoar numa pergunta de Ana Figueiredo.

“Como começámos de uma coisa tão pequenina, de casos pontuais que iam existindo no futebol, e isto atinge outras dimensões? Neste caso [do Riba de Ave], ainda está sob segredo de justiça, mas estão pessoas de grande peso presumivelmente envolvidas, o que é ainda mais preocupante. Temos de continuar, e por isso a nossa ideia de assinalar o tráfico no futebol no dia 18 de outubro e retomar agora, em 30 de julho”, a campanha da Saúde em Português que resume o aviso deixado por todo o lado: “Não deixes que o teu sonho se transforme em pesadelo”.